

AS QUESTÕES CRUCIAIS
DO PLANEJAMENTOD.F.
CORREIO BRASILENSE

18 FEV 1979

Paulo César Timm -

Presidente da Associação

dos Economistas do DF

Louvável, oportuna e - por que não dizer? - corajosa, a iniciativa da Secretaria do Governo do Distrito Federal, em trazer a público o conteúdo das conferências, debates e resoluções do I Seminário de Planejamento Governamental do Distrito Federal, realizado de 21 a 26 de novembro de 1976.

No momento em que se insinuam melhores perspectivas de participação da sociedade no processo decisório governamental, na esteira da redemocratização, e que um novo Governo se inaugura, nada melhor que dispor, no caso de Brasília, do farto material do I SEPLAG para descortinar novos horizontes também para a capital do país. Poucos temas, aliás, ficaram, naquela oportunidade, fora dos debates. A única ressalva que se lhe pode fazer, talvez, é a de que não logrou uma representatividade entre os participantes, condigna com a fermentação de lideranças que a cidade já oferecia. Apesar do esforço, ainda foi um encontro relativamente "reservado". Mas lá discutiu-se a questão da representação comunitária do governo local, a organização político-administrativa para o GDF, a questão de escala local, metropolitana e regional de Brasília, a controvérsia sobre a industrialização etc. Cabe, agora, pois, intensificar esses debates, alargá-los sobre um contingente maior de lideranças, transmiti-los às esferas de governo (local e da União), buscando maior repercussão e refinamento sobre as várias matérias abordadas e atingir, enfim, grau maior de consenso sobre as diretrizes que deverão nortear a ação governamental do GDF. Aliás, não só se terá democratizado o processo decisório, como se terá soterrado, nos escalões superiores do Governo, a aversão ainda nutrida pela criação de uma representação política em Brasília.

Nesse sentido, é grato pelo convite do Governo do Distrito Federal para que coordenasse os trabalhos relativos ao

desenvolvimento econômico e social de Brasília, como a liberdade de transcrever as resoluções finais aprovadas por aquela comissão de I SEPLAG (e ora publicada pelo GDF) prometendo aprofundar alguns comentários noutra oportunidade.

Não poderia porém, deixar de assinalar as que me parecem ser as recomendações mais importantes dessas resoluções:

"A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Distrito Federal, compatibilizado com o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília".

"A incorporação do referido plano como projeto federal prioritário, junto ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PN-D)".

"Criação de um Fundo de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, sob a égide do Governo Federal", e que bem poderia substituir o tradicional mecanismo das transferências orçamentárias da União e o próprio FUNDEF.

Essas três recomendações configuram, em parte, a tentativa de fazer melhor jus à imagem da cidade planejada que goza (inadvertidamente) Brasília. De outra parte, respondem à almejada "federalização" da cidade, e ao cumprimento de sua vocação ecumênica de integração nacional. Com efeito, o grande dilema contemporâneo de Brasília é o da consolidação de sua escala regional, a qual

poderá ocorrer na medida em que a cidade, seu Governo e a própria União extravasarem as responsabilidades de Brasília para um contexto territorial mais amplo. Destarte, talvez venha a funcionar mais como canal de irrigação de progresso e desenvolvimento sobre seu entorno, do que como dreno de energias escoadouras de frustrações. Ali está o lamentável exemplo do Velho Distrito Federal, tragando indigestamente toda a sua periferia e cuja reedição devemos evitar, a qualquer preço, enquanto houver tempo.

Uma visão de conjunto, porém, sobre os problemas, de Brasília e as alternativas para suas soluções, pode ser melhor apreendida do próprio SEPLAG. Ei-los, textualmente como preâmbulo para reflexões de lideranças locais, de técnicas e dos futuros governantes.

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

1 — Taxa excessiva de expansão demográfica derivadas dos intensos fluxos migratórios que demandam a Capital da República.

2 — Estrutura produtiva pouco eficiente e pouco diversificada em contraste com o equipamento social urbano privilegiado existente, notadamente, no Plano Piloto.

3 — Oferta inadequada de empregos, com prejuízos à pretendida estabilidade social e política da cidade.

4 — Ocupação desordenada do solo metropolitano e regional, com reflexos negativos sobre os custos sociais e privados da urbanização e sobre a integração da região geoeconômica de Brasília.

5 — Insuficiência do sistema de planejamento no Distrito Federal e adequado apoio institucional para a administração do desenvolvimento metropolitano e regional.

6 — Ausência de diretrizes precisas do Governo Federal e debilidade da articulação do Governo do Distrito Federal, com esse nível de Governo.

ESTRATÉGIA BÁSICA

Fortalecimento da capacidade de planejamento do Governo do Distrito Federal em articulação com o Governo Federal, no sentido de contribuir para a consolidação de um modelo de ocupação equilibrada das escalas, local, metropolitana e regional de Brasília, compatível com a condição de com a sua função de Capital da República e pólo indutor do desenvolvimento do Centro Oeste.

MODELO ECONÔMICO

O modelo econômico a ser adotado, tanto no Distrito Federal como na Região Geoeconômica de Brasília, deverá privilegiar os aspectos sociais do crescimento econômico, especialmente no tocante à absorção de mão-de-obra, através do incentivo à atividade e técnica de produção que garantam efetiva integração social e política nesta área.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS EVIDENCIADOS

PROBLEMA nº 1 - Taxa excessiva de expansão demográfica derivada dos intensos fluxos migratórios para Brasília.

SUGESTÕES

a - Continuidade e intensificação, em caráter permanente, do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

b - Examinar com o Governo Federal, uma política de transferência dos órgãos federais para Brasília de modo a manter aqui os setores de decisão superior e aqueles indispensáveis ao seu exercício.

c - Estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, sob a égide do Governo Federal, destinado ao financiamento das ações públicas e ao incentivo à implantação de projetos empresariais enquadrados na estratégia preconizada.

d - Maior articulação entre o Sistema de Planejamento do Distrito Federal e os órgãos federais que têm atuação nos âmbitos nacional e regional, visando à compatibilização de políticas e ação conjugada nos planos local e regional.

e - Fortalecimento dos atuais mecanismos de coordenação da ação pública na Região Geoeconômica de Brasília e no Distrito Federal, em seus vários níveis, de forma a submeter os investimentos públicos a criteriosa avaliação.

f - Melhoria do equipamento social urbano das cidades periféricas ao Distrito Federal, em ação articulada do Distrito Federal, União, Estados e Municípios.

g - Irradiação aos núcleos urbanos básicos da região, já consagrados pelo Programa da Região Geoeconômica de Brasília, de todos os benefícios concedidos pelo Governo Federal ao Distrito Federal, notadamente pelos Ministérios da Área Social, e voltados para populações de baixa renda, como PRONAN etc.

h - Problema nº 2 - Estrutura produtiva pouco eficiente e diversificada, em contraste com o equipamento social urbano privilegiado, notadamente no Plano Piloto.

Sugestões.

a - Formulação de um programa de levantamento e promoção de oportunidade de investimento no Distrito Federal, com ênfase no setor terciário e extensivo aos setores Agrícola, Extração Mineral e Indústrias de Transformação, definindo-se um grupo responsável pela implantação dos projetos, especialmente quanto aos dois últimos setores.

b - Seleção da tipologia de indústrias mais adequadas às particularidades do Distrito Federal.

c - Assistência técnica e financeira às empresas instaladas ou que vierem a se instalar no Distrito Federal e em sua região.

d - Criação da Carteira de Desenvolvimento do Banco Regional de Brasília, permitindo operações favorecidas, de médio e longo prazos, sendo-lhe transferida a responsabilidade de aplicação dos recursos do FUNDEF.

e - Reafirmação da necessidade de um "cinturão agrícola", limítrofe ao Distrito Federal, de modo a estimular a área de produção primária de interesse do Distrito Federal e conter a nucleação urbana desordenada e nitidamente especulativa.

f - Elaboração e implementação de plano de produção, comercialização e abastecimento de hortigranjeiros para o Distrito Federal.

g - Incentivo aos programas de criação de cooperativas desenvolvidas pelo Governo Federal.

h - Sugestão ao Governo Federal da

reformulação dos critérios de cobrança do ICM, no sentido de que seja feita no estágio final da comercialização.

i - Elaboração de estudos para plantio de árvores frutíferas em parques públicos e ao longo das rodovias, bem como desenvolvimento da piscicultura nos lagos do Distrito Federal e da região de influência de Brasília.

j - Elaboração de estudos para revisão do sistema de concessão dos serviços de transportes coletivos, tendo em vista sua melhor eficácia.

k - Privilegiar a implantação e a promoção de sistemas de transportes coletivos.

l - Aceleração dos estudos para a implantação de ciclovias no Distrito Federal.

Problema nº 3 - Oferta inadequada de empregos, com prejuízos à pretendida estabilidade social e política da cidade.

Sugestões.

a - Formulação de uma política de emprego para o Distrito Federal e sua região de influência, visando a estabelecer mecanismos de apoio à sua oferta no mercado de trabalho.

b - Definição de responsabilidade, no âmbito do Distrito Federal, quanto à implementação da política de empregos, ampliando o alcance atual da Secretaria de Serviços Sociais.

c - Racionalização do ritmo de obras no Distrito Federal com o intuito de estabilizar o mercado de trabalho.

d - Criação de programa de treinamento de mão-de-obra rural, indispensável ao desenvolvimento das atividades agropecuárias da Região Geoeconômica de Brasília.

e - Incentivo à criação de Centros de Treinamento voltados especialmente para a melhoria e reorientação profissional dos trabalhadores da construção civil.

f - Criação de condições para a elevação do nível cultural da população do Distrito Federal, sobretudo nas cidades-satélites, em substituição à importação episódica e dispendiosa de grandes espetáculos.

g - Incentivo à criação de núcleos artesanais, ocupacionais e manufatureiros como forma de preservação de valores culturais brasileiros e de incremento da renda familiar.

h - Criação de um Sistema Estatístico, a cargo do Distrito Federal, para acompanhamento do nível de empregos, por Região Administrativa.

i - Estímulos à criação e participação de Associação de Moradores no processo de integração social nos núcleos habitacionais.

Problema nº 4 - Ocupação desordenada do espaço metropolitano e regional, com reflexos negativos sobre os custos sociais e privados da urbanização e sobre a integração da Região Geoeconômica de Brasília.

SUGESTÕES

a - Solução definitiva para a questão fundiária do Distrito Federal, no sentido da incorporação da área ainda não desapropriada ao patrimônio público local, para permitir a uniformização, a disciplina, o controle da posse e o uso da terra para fins urbanos e rurais.

b - Realização de estudos com vista ao

maior adensamento populacional das áreas urbanas do Distrito Federal, com destaque para o Plano Piloto.

c - Formação, pelo Distrito Federal, de um estoque de terras na sua periferia, especialmente nas áreas de maior pressão imobiliária ou populacional.

d - Aprovação de um Plano de Ocupação do Solo do Distrito Federal, com clara evidência dos usos que se lhe pretenda conferir e ênfase à ordenação espacial das áreas destinadas ao uso industrial.

e - Instituição de legislação que introduza, no Distrito Federal, o mecanismo da tributação progressiva como desestímulo à ociosidade de lotes localizados em áreas com adequada infra-estrutura urbana.

f - Reorientação da política comercial da TERRACAP, no sentido de facilitar a implantação de programas habitacionais.

g - Descentralização do Poder Executivo, local e federal, através da regionalização de suas agências de serviços.

h - Estabelecimento de um processo de planejamento ordenado e integral, para a abertura de novos conjuntos habitacionais.

i - Exigência de certidão negativa de propriedade de imóveis no Distrito Federal, para os candidatos a licitações de terrenos residenciais da TERRACAP.

Problemas nºs 5 e 6 - Insuficiência do sistema de planejamento, no Distrito Federal, e adequado apoio institucional para a administração do desenvolvimento metropolitano e regional.

- Ausência de diretrizes precisas do Governo Federal e debilidade da articulação do Governo do Distrito Federal com esse nível de governo.

SUGESTÕES

a - Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Distrito Federal, compatibilizado com o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

b - Postular a incorporação do Plano de Governo do Distrito Federal, como projeto federal prioritário aos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

c - Fortalecimento e aperfeiçoamento da Secretaria do Governo do Distrito Federal como órgão central do Sistema de Planejamento e de Coordenação Geral.

d - Enfatizar os aspectos de controle e avaliação no processo de desenvolvimento.

e - Criação de instrumentos de articulação entre população e governo, com vista à democratização do processo de planejamento.

f - Funcionamento e reformulação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, previsto na Lei nº 4.545/64.

g - Transferência das atividades de planejamento físico do Distrito Federal para a Secretaria do Governo.

h - Promoção de encontros periódicos sobre o planejamento governamental.

i - Definição de responsabilidades mais precisas, quanto à administração dos negócios da indústria e do comércio no Distrito Federal.

j - Definição, por parte do Governo do Distrito Federal, de uma política salarial adequada ao fortalecimento dos núcleos de planejamento do Governo.

k - Velocidade no exame das recomendações do I SEPLAG, para evitar que as mesmas percam substância e oportunidade e que se utilize o convênio GDF/SEPLAN no sentido de desenvolver os estudos sugeridos pelo encontro.